

DO CAMPO À COMMODITY: A EXPANSÃO DA SOJA E A RECONFIGURAÇÃO SOCIAL NO VALE DO JAMARI

FROM FIELD TO COMMODITY: SOYBEAN EXPANSION AND SOCIAL RECONFIGURATION IN THE JAMARI VALLEY

NASCIMENTO, Rebeca Inácio¹ - rebecainacionascimento@alunos.faar.edu.br
ESTEVÃO, Neto Flávio² - flavioestevao@faar.edu.br

Resumo

O Brasil é o maior produtor mundial de soja, com destaque para o estado de Mato Grosso. No entanto, Rondônia vem ganhando relevância, especialmente nas regiões Central e Norte, onde a área cultivada tem crescido significativamente. A produção no estado permanece alta, com previsão de cerca de 5,4 milhões de toneladas. A soja começou a ser cultivada em Rondônia na década de 1990, iniciando por Vilhena e expandindo-se a partir dos anos 2000. Esse crescimento foi impulsionado pela abertura de novas áreas e pela substituição de pequenas propriedades por grandes produções voltadas ao agronegócio. No Vale do Jamari, essa expansão provocou mudanças profundas na estrutura fundiária, com a substituição da agricultura diversificada (milho, feijão, café, cacau, banana) por monoculturas de soja e milho, além da pecuária. Apesar de gerar renda e empregos, o avanço do agronegócio trouxe impactos negativos, como a contaminação por agrotóxicos, que inviabiliza a produção em pequenas propriedades e força agricultores a venderem suas terras. Isso favorece a concentração fundiária nas mãos de grandes produtores. Essas transformações também afetam a educação no campo. Desde o final dos anos 1990, ocorre o fechamento de escolas rurais, dificultando o acesso à educação para populações do campo. Embora a legislação brasileira reconheça a importância da educação rural, na prática há redução de investimentos, precarização e substituição de escolas locais por unidades centralizadas (escolas-polo), exigindo deslocamento dos alunos. No Brasil, políticas educacionais como o Plano Nacional de Educação apresentaram avanços limitados e muitos desafios, incluindo metas não cumpridas e cortes orçamentários. Em Rondônia, a situação é agravada pelo histórico de ocupação territorial, marcado por concentração de terras, conflitos agrários, impactos ambientais e domínio do agronegócio. Historicamente, as escolas rurais em Rondônia foram criadas pelos próprios colonos, com pouca participação do Estado, e funcionavam em condições precárias. Apesar de sua importância social e cultural, muitas foram fechadas, especialmente entre 2000 e 2011, período em que o estado liderou o ranking nacional de encerramento dessas instituições. Como alternativa, surgiram projetos como o Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMTEC), que utiliza aulas transmitidas por tecnologia. Contudo, esse modelo enfrenta problemas como falta de infraestrutura,

¹ Farmacêutica graduada pelas Faculdades Associadas de Ariquemes – FAAR.

² Coordenador e docente das Faculdades Associadas de Ariquemes – FAAR.

baixa qualidade de ensino e desconsideração das realidades locais, sendo, em alguns casos, chamado de “pedagogia do pen drive”. Em síntese, o texto evidencia-se uma contradição: enquanto o agronegócio se expande e fortalece a economia, ele também contribui para a concentração de terras, o enfraquecimento das pequenas propriedades e a precarização da educação no campo, comprometendo a permanência das populações rurais e suas formas de vida.

Palavras-chave: Educação no Campo; Escola do Campo; Vale do Jamari; soja; sojicultura; sojicultores.

Abstract

Brazil is the world's largest producer of soybeans, with the state of Mato Grosso standing out. However, Rondônia has been gaining relevance, especially in the Central and Northern regions, where the cultivated area has grown significantly. Production in the state remains high, with an estimated output of around 5.4 million tons. Soybean cultivation in Rondônia began in the 1990s, starting in Vilhena and expanding from the 2000s onward. The opening of new areas and the replacement of small farms with large-scale agribusiness operations drove this growth. In the Jamari Valley, this expansion caused profound changes in land ownership structures, replacing diversified agriculture (corn, beans, coffee, cocoa, bananas) with monocultures of soybeans and corn, along with cattle ranching. Despite generating income and jobs, the expansion of agribusiness has brought negative impacts, such as contamination from agrochemicals, which makes production unfeasible on small farms and forces farmers to sell their land. This process contributes to land concentration in the hands of large producers. These transformations have also affected rural education. Since the late 1990s, rural schools have been closing, making access to education more difficult for rural populations. Although Brazilian legislation recognizes the importance of rural education, in practice there has been a reduction in investment, increasing precariousness, and the replacement of local schools with centralized units (hub schools), requiring students to travel longer distances. In Brazil, educational policies such as the National Education Plan have shown limited progress and faced many challenges, including unmet goals and budget cuts. In Rondônia, the situation is worsened by the history of territorial occupation, marked by land concentration, agrarian conflicts, environmental impacts, and the dominance of agribusiness. Historically, rural schools in Rondônia were created by settlers themselves, with little state involvement, and operated under precarious conditions. Despite their social and cultural importance, many were closed, especially between 2000 and 2011, when the state led the national ranking in the closure of such institutions. As an alternative, initiatives such as the High School with Technological Mediation (EMMTEC) have emerged, using technology to deliver lessons remotely. However, this model faces issues such as lack of infrastructure, low quality of education, and disregard for local realities, sometimes being referred to as “pen drive pedagogy.” In summary, the text reveals a contradiction: while agribusiness expands and strengthens the economy, it also contributes to land concentration, the weakening of small farms, and the deterioration of rural education, thereby undermining the permanence of rural populations and their ways of life.

Keywords: Rural Education; Rural School; Jamari Valley; soy; soybean cultivation; soybean farmers.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil se destaca como o maior produtor mundial de soja, tendo o estado de Mato Grosso como principal referência nacional no cultivo dessa commodity (Informativo Agropecuário de Rondônia, 2021). No entanto, outros estados vêm ganhando protagonismo nesse cenário, como Rondônia, que tem apresentado crescimento expressivo na área cultivada, especialmente nas regiões Central e Norte do estado (Silva, 2017).

Essas duas regiões concentram 45 dos 52 municípios rondonienses, evidenciando a expansão da cultura da soja e sua crescente relevância no contexto regional (Idaron, 2022).

A estimativa para Rondônia é que sejam colhidas 5,4 milhões de toneladas nesta safra, praticamente estável na comparação com o que foi obtido na safra 2024/2025, com expansão de 1,3% da área plantada, de pouco mais de 1,2 milhão de hectares (Notícias Agrícolas, 2025).

1 FATO FÁTICO DA SOJA EM RONDÔNIA

O processo de ocupação ganhou maior intensidade com a migração ocorrida na década de 1970. Entretanto, essa ocupação já vinha acontecendo há séculos, ainda que de forma menos intensa e em diferentes ciclos. Durante o período colonial, a região era explorada principalmente pela busca de especiarias e de recursos naturais, como ouro e diamantes, voltados ao comércio com a Europa.

Porém, é a partir da década de 1990, que o cultivo da soja teve início em Rondônia, tendo Vilhena como município pioneiro. Desde então, a sojicultura expandiu-se para outras regiões do estado, especialmente a partir dos anos 2000, impulsionada pela abertura de novas áreas por meio do desmatamento e pela aquisição de pequenas propriedades anteriormente voltadas à subsistência e ao comércio local.

Nesta perspectiva, o Vale do Jamari – região central do Estado de Rondônia que conta com nove municípios, dentre os quais o de Ariquemes – tem despertado o interesse dos grandes sojicultores, cuja expansão do agronegócio atinge não apenas a produção de alimentos das pequenas propriedades, mas também intensifica a precarização da Educação do Campo, como exemplifica o caso da Escola Paulina

Mafini, no município de Ariquemes, criada em 1999 e que, atualmente, enfrenta um sério problema de continuidade.

Neste sentido, Nereu Mezzomo, produtor da região de Ariquemes (RO), conta que tem ampliado as áreas em que cultiva soja e está gerando renda e boas oportunidades de negócios, assim como mais empregos no campo. "Quanto mais se produz mais se gera novos empregos e uma renda maior, o que contribui em grande forma para o município e o estado. A expansão da produção na região nos motiva cada vez mais para que chegue melhores técnicas. Todo mundo ganha com isso", complementa Mezzomo (EMBRAPA, 2017).

A partir da divisão fundiária inicialmente voltada à produção agrícola e pecuária de pequeno porte no Vale do Jamari, observa-se, de forma gradual, a reconfiguração do uso da terra em direção a expansão da produção em larga escala, com destaque para a monocultura de soja e milho, além, da intensificação da pecuária, sobretudo bovina.

Originalmente, a região caracterizava-se pela produção diversificada em pequenos lotes, incluindo culturas como milho, feijão, café, cacau e banana. Contudo, a partir dos anos 2000, verifica-se uma significativa expansão produtiva, impulsionada pela introdução e consolidação da cultura da soja. Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (2006, p. 30).

“... dados até agora obtidos do ano agrícola 2004/2005 apontam um aumento significativo da área plantada de soja e arroz, da ordem de 20,75% e 12,49% respectivamente, e pequenas variações de áreas da ordem de 3% no cultivo do milho e do feijão. A cultura do café apresenta crescimento negativo de área plantada na ordem de 2%, porém com dados de produção positivos de 1,78%. As culturas da mandioca e da banana apresentam crescimento de área e de produção da ordem de 6% e 3%, respectivamente.

“Apesar de a soja ser uma das principais culturas produzidas no Estado do Rondônia, o Território Vale do Jamary não tem tradição no cultivo desta cultura. As culturas de café e cacau são as mais cultivadas no Território.”
(Destaque nosso)

Pelo exposto, evidencia-se que, em sua configuração inicial, a soja não integrava a atividade agrícola da região, a qual se voltava predominantemente ao cultivo de produtos destinados à subsistência e ao comércio local e regional. Com a expansão da cultura da soja, observou-se a progressiva ocupação do território por grandes produtores especializados nessa commodity, o que implicou, inclusive, a reconfiguração da estrutura fundiária, com alterações significativas nas dimensões das propriedades rurais.

A expansão do agronegócio na região central do estado impacta não apenas a produção de alimentos nas pequenas propriedades, mas também contribui para a intensificação da precarização da Educação no Campo. Nesse contexto, destaca-se o caso da Escola Polo Paulina Mafini, localizada no município de Ariquemes – Distrito de Joelândia – fundada em 1999, e que atualmente enfrenta sérios desafios quanto a sua continuidade. A instituição atende, majoritariamente, filhos de pequenos produtores rurais do entorno, especialmente de chacareiros estabelecidos em sua área de influência imediata. Em 2014, a escola foi contemplada com a construção de uma moderna quadra poliesportiva. Contudo, a partir de 2006, observa-se um processo de transformação fundiária na região, marcado pela venda de chácaras a produtores de soja, o que tem alterado significativamente a dinâmica socioeconômica local (Santos, 2020).

Posto que, os proprietários das chácaras acabaram sendo levados, ainda que de forma indireta, a vender suas terras, já que não conseguiam mais produzir devido a contaminação por agrotóxicos. Com isso, muitas chácaras tiveram suas produções – incluindo frutas, hortaliças, grãos e criações de pequeno porte – comprometidas pela contaminação, tornando os alimentos inadequados para o consumo (Santos, 2020).

E assim, sojicultores, com grande poder financeiro, passaram a comprar pequenas propriedades por valores acima do mercado local (de R\$10-12 mil para R\$15-20 mil por alqueire), tornando difícil recusar a venda, especialmente devido à inviabilidade de permanecer na área após a contaminação por agrotóxicos. Portanto, quando se fala em expansão da soja sobre novas áreas em Rondônia, não significa derrubar floretas, mas intensificar o sistema de produção agropecuário, tornando-o mais eficiente, produtivo e sustentável, conforme a fala do pesquisador da Embrapa Rondônia, Vicente Godinho.

2 FECHAMENTO DE ESCOLAS EM RONDÔNIA: IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS

Em Rondônia, os conflitos agrários estão diretamente ligados ao avanço desenfreado do agronegócio, uma vez que sua expansão promove a concentração de terras, a degradação ambiental, o desrespeito aos povos originários da região e o aumento da violência no campo. Além disso, o agronegócio também impacta o processo de fechamento de escolas

O agronegócio vem se consubstanciando como um dos fatores mais marcantes para o fechamento de escolas. Ele se constitui como uma rede de atividades voltadas para a agricultura capitalista, cabendo ao campesinato uma inserção subalterna. Logo se tem todo um território para atender à grande produção capitalista que se alimenta, acima de tudo, das relações imateriais constituídas pelas relações de expropriações impostas aos trabalhadores rurais e a expulsão do camponês de seu território. (SOUZA; et al., 2016, p. 8).

A educação no campo passou a apresentar avanços significativos a partir da década de 1990, quando a população rural começou a ter seus direitos educacionais efetivamente assegurados. Como marco importante desse progresso, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que estabelece normas relativas à educação do campo, conforme disposto em seu artigo 28.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, art. 28).

Sob essa ótica, estabelece-se como a educação no campo deve ser desenvolvida para contemplar as múltiplas situações que envolvem o meio rural, considerando que não existe uma única realidade no campo. Dessa forma, o ensino voltado a esse contexto precisa abranger, de maneira ampla, todas essas diversidades, conforme preconiza a Lei nº 9.394/96.

Retomando o assunto anterior, o fechamento das escolas localizadas em áreas rurais começou no final da década de 1990 e se intensificou nos anos 2000. Ou seja, cada vez mais escolas do campo foram sendo encerradas, o que dificultou o acesso à educação para a populações rurais.

Em contrapartida, surgiu uma mobilização social para garantir o direito à educação nessas regiões. Essa luta ganhou organização a partir de 1997, com a realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA). Esse evento foi promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), junto com outros movimentos sociais e instituições importantes, como Universidade de Brasília (UNB), o UNICEF, a UNESCO e a CNBB.

Por fim, destaca-se que, apesar desses esforços, o fechamento das escolas continuou avançando. No estado de Rondônia, por exemplo, esse processo começou

também no final dos anos 1990 e se intensificou a partir de 2004/2005.

Em resumo, evidenciamos uma contradição: enquanto movimentos sociais lutavam para criar e fortalecer escolas no campo, muitas dessas escolas estavam sendo fechadas ao mesmo tempo.

A educação possui uma essência única: ela fornece as bases e os princípios fundamentais que nos constroem como seres humanos. Por essa razão, encerrar as atividades de instituições de ensino é um atentado direto ao desenvolvimento e à dignidade do povo brasileiro. Essa medida representa uma grave injustiça contra o país e sua classe trabalhadora, afetando de forma ainda mais cruel e profunda as comunidades do campo, das florestas e das águas.

3 O DECLÍNIO DAS ESCOLAS RURAIS NO BRASIL-BREVE RESUMO (RELATO)

O enfraquecimento da Educação do Campo, enquanto política pública alinhada às demandas do capital, vem ocorrendo de forma gradual ao longo de várias décadas. Em 2014, foi instituído o Plano Nacional de Educação (PNE), que, segundo especialistas da área, apresentou avanços limitados e também alguns retrocessos. No contexto de sua aprovação, um docente do Instituto Federal de Rondônia destacou que, embora o plano trouxesse certos progressos em relação aos elaborados durante o período dos governos militares, ainda persistiam diversos “adiamentos”. Essa situação levava os profissionais da educação a questionarem se, de fato, a educação permanecia como prioridade para o Estado brasileiro. Ao analisar o PNE anterior (2001–2010), o mesmo professor afirmou que,

[...] ele é um avanço e sua assiduidade decenal tem que ser encarada positivamente. A partir do PNE (2001-2010), o Brasil passou a vincular suas LDBs a um plano nacional de educação, com periodicidade decenal, ou seja que tem validade de 10 anos. Entretanto, é preciso ampliar as formas de representação e participação dos professores, alunos e comunidade escolar. Isso de fato até houve, entretanto de maneira muito superficial. Quando a sociedade civil participou através de eventos com deliberações e reivindicações, o Estado o recepcionou o produto destas discussões com série de vetos os quais sufocaram tal participação. Na ocasião o presidente FHC vetou a proposta de 7% do PIB para educação. Muitas metas ambiciosas e poucos resultados, altas taxas de analfabetismo, aumento da evasão, baixo número de jovens no ensino superior, ampliação da massiva da iniciativa privada no ensino superior. Em suma, a implementação do PNE foi um fracasso uma vez que 2/3 das metas não foram cumpridas e alguns indicadores pioraram (Sampaio, (s.d.).

Outro aspecto que merece atenção é a política de precarização da educação pública desencadeada a partir do referido PNE, manifestada por meio de cortes orçamentários no setor e pelo fechamento de escolas. Em artigo publicado logo após a promulgação do PNE, Taffarel e Munarim (2015, p 42) criticaram os rumos adotados pelo governo na área educacional, destacando...

“... duas dimensões da problemática educacional brasileira que consideramos relevantes pelas inter-relações que estabelecem. Os cortes no orçamento ocorridos no início de 2015 e o fechamento de escolas do campo, que vêm ocorrendo nos últimos anos no Brasil. Do primeiro problema, destacamos a demonstração dos impactos orçamentários; e do segundo, as táticas para enfrentar nas comarcas – nos municípios, os dispositivos utilizados para o fechamento de escolas e a possibilidade de reversão do processo.”

O problema mencionado anteriormente ocorre de forma recorrente em todo o país. Pesquisas evidenciam o processo de fechamento de escolas rurais em Sergipe (Correia, 2018) e na região do Leste Goiano (Santos, 2017). Nesse contexto, Costa, Etges e Verguts (2016, p. 5) afirmam que...

“... mesmo com a sanção da Pres. Dilma Rousseff, da Lei 12.960 de 27/03/2014, as escolas do campo continuam sendo fechadas Brasil a fora, mesmo que agora com mais burocracia, porém, continua sendo prática usual por conta de estados e municípios, pois a lei não prevê maiores sanções aos mesmos, ficando circunscrito apenas a dificultar tal prática. Essa política atinge em cheio o Campo brasileiro, que passa a contar com uma nova estrutura de escola do Campo, as escolas nucleadas. Essas são fruto das nucleações das “escolinhas” multisseriadas fechadas ao longo dos últimos anos, como mencionamos acima. As escolas nucleadas se concentram em comunidades mais centrais em determinadas regiões dos municípios e comportam um número relativamente alto de estudantes oriundos das comunidades do Campo.”

Dadas as dificuldades e a precariedade da educação rural, especialmente no Brasil, as tentativas de melhoria têm gerado muitas discussões e geralmente fracassos. O êxodo rural e as frequentes transformações nas atividades do campo resultam em políticas públicas com pequenos avanços e grandes recuos.

3.1 O CENÁRIO PARTICULAR DE RONDÔNIA

No caso de Rondônia, o início da ocupação de suas áreas devolutas ocorreu por determinação dos governos militares durante a ditadura (1964-1985). Nesse período, as primeiras iniciativas de educação voltadas para o homem do campo foram

promovidas pelos próprios Proprietários dos pequenos lotes estabelecidos ao longo da Br-364. Com o decorrer dos anos, no entanto, os interesses ligados ao agronegócio – especialmente ao cultivo de soja – passaram a provocar transformações prejudiciais à educação rural. Nesse sentido, Machado, Feza e Barba (2018, p. 339-340) observam que:

Esse olhar crítico dentro da educação rural do estado de Rondônia é imprescindível, tendo em vista que o homem do campo pode ser considerado como empecilho ao desenvolvimento do capital, talvez esteja aí um pressuposto para banalizar a educação rural, pois o camponês simplista é devorado pelas ilusões ideológicas do capital. Mas, partindo desta perspectiva, qual interesse da burguesia sobre o campo? Ora, em busca do desenvolvimento econômico o burguês se apropria de tudo para transformar em mais riqueza inclusive e principalmente do meio rural.

Após a análise do texto acima, podemos, evidenciar que com a chegada forte do agronegócio nas áreas rurais, a educação dos filhos dos pequenos produtores acaba ficando cada vez mais de lado. Dá até para dizer que existe, mesmo que ninguém fale isso abertamente, uma intenção de enfraquecer ou até acabar com esse tipo de educação, ao desorganizar a vida no campo e dificultar a permanência dos pequenos produtores na atividade.

Segundo Mesquita (2011, p. 40), houve dois tipos de fluxos migratórios direcionados para Rondônia: o primeiro era formado por trabalhadores marginalizados e expropriados, oriundos principalmente das regiões Sul e Sudeste, em decorrência do processo de modernização agrícola; o segundo era constituído por empresários bem-sucedidos que buscavam expandir suas riquezas por meio da aquisição e ocupação de terras no estado.

Dessa forma, criou-se a expectativa de que todos os migrantes que se deslocassem para Rondônia teriam acesso à terra, uma vez que a colonização era incentivada e sustentada por uma visão de vazio demográfico. Nesse contexto, Amaral (2004, p. 10) afirma que se difundia a ideia de “uma terra sem homens para homens sem terra”; no entanto, a região já era habitada por diferentes populações, como indígenas, quilombolas e soldados da borracha. Com a colonização dirigida, a população indígena foi a mais afetada, havendo o extermínio de diversas etnias nesse processo.

Porém, é impossível dissociar a Educação do Campo em Rondônia da questão fundiária. Diversos estudos sobre a educação no estado, ao buscarem compreender

o seu processo de desenvolvimento, identificam o processo de ocupação da terra como um dos principais fatores associados aos problemas educacionais.

Conforme destaca Santos (2019, p. 81 e 85),

A ocupação de Rondônia tem como características a concentração de terras, a dominação do capital nacional e internacional, a devastação ambiental e a violência. [...] A questão agrária em Rondônia, caracterizada pela aguda concentração de terras nas mãos dos latifundiários, foi fortalecida durante o processo de colonização dirigida empreendida pelo regime militar. Grande parte das terras de Rondônia foi destinada pelo Estado brasileiro ao grande capital, visando expandir principalmente a produção agropecuária em larga escala.

A ocupação de Rondônia ocorreu de forma intensa e marcada por diversos problemas estruturais. Houve forte concentração fundiária, com grandes extensões de terra sob controle de poucos proprietários e de grandes empresas, tanto nacionais quanto estrangeiras. Esse processo resultou em graves impactos ambientais, além de episódios de violência e conflitos sociais.

A formação histórica do estado foi permeada por disputas e lutas, incluindo a exploração de recursos naturais de maneira legalizada em benefício de grandes grupos econômicos, o que contribuiu para a devastação ambiental e a violência contra povos indígenas. Ao mesmo tempo, essa trajetória também envolve resistência, com comunidades rurais e populações da floresta mobilizando-se na defesa de seus territórios e direitos (Souza, 2006, p. 26) Nos estudos de Souza, A.S.V. 2014, p. 89),

Atualmente as duas principais atividades econômicas desenvolvidas no Estado de Rondônia estão estritamente relacionadas ao agronegócio: a produção de soja e a pecuária, atividades estas que demandam pouca mão de obra e que requerem uma grande extensão de terra, fatores que somados à grilagem de terras públicas tem impulsionado os conflitos agrários em Rondônia.

É notório saber que: “A história de Rondônia tem sido uma história de conflitos, de violência e luta. É uma história de saque legalizado de nossas riquezas pelos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, de devastação ambiental, de genocídio indígena, mas também é um espaço de luta e resistência dos povos do campo e da floresta” (Santos, 2019, p. 85).

Em 17 de fevereiro de 1956, a Lei Ordinária nº 2.731 alterou a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia, em homenagem ao sertanista Marechal Cândido Rondon (1865–1958). Rondônia foi elevada à

condição de Estado e, 22 de dezembro de 1981, por meio da Lei Complementar nº41. Sua instalação oficial ocorreu em 4 de janeiro de 1982, tendo como primeiro governador nomeado o coronel Jorge Teixeira de Oliveira, que já administrava o território desde março de 1979. A criação do Estado esteve relacionada ao agravamento dos problemas enfrentados pela região, em grande parte decorrentes do intenso fluxo migratório, especialmente a partir da década de 1970, com a implantação dos Projetos Integrados de Colonização (PICs).

3.2 AS ESCOLAS RURAIS EM FINS DA DÉCADA DE 1970 E INÍCIO DE 1980 EM ARIQUEMES-RO

O processo de institucionalização da educação no Estado de Rondônia está diretamente vinculado à política de colonização promovida pelo regime militar. De acordo com Carneiro (2008), a atração de migrantes para a região amazônica foi sustentada por discursos que enfatizavam a oferta de terras férteis e incentivos governamentais, entre os quais se incluía a educação. Contudo, tais promessas não se concretizaram de forma efetiva, uma vez que a prioridade governamental estava centrada na ocupação territorial. Em decorrência disso, a implantação das primeiras instituições escolares ocorreu, majoritariamente, por iniciativa dos próprios colonos, e não por ação direta do poder público.

A formação da educação ocorreu inicialmente no meio rural, considerando que a organização de Rondônia era majoritariamente voltada ao campo. As próprias comunidades eram responsáveis pela construção das escolas e também atuavam cobrando do poder público a contratação de professores e a manutenção dessas instituições. Nesse cenário, foram criadas milhares de escolas multisseriadas, destinadas à oferta do ensino primário, abrangendo da 1ª à 4ª série.

Com base no estudo de Lima e Barros (2019), observa-se que as escolas urbanas recebiam certo privilégio por parte dos órgãos públicos, tanto estaduais quanto municipais. No entanto, em 1979, o município de Ariquemes possuía apenas quatro instituições educacionais na área urbana, somando 4.197 estudantes matriculados. Em contraste, a área rural apresentava um número significativamente maior de escolas — cerca de 97% a mais — totalizando 133 instituições e 4.460 estudantes matriculados (Ariquemes, 1979). Os autores em seu estudo afirmam,

“Com efeito, em caminhos dispares, as escolas situadas no meio rural, ao contrário da área urbana, **eram içadas pelos próprios colonos**. Em uma denúncia proferida pelo Deputado Jerônimo Santana à Câmara dos Deputados na sessão do dia 06 de maio de 1981 o mesmo relatou que visitou a zona rural de Ariquemes, e “[...] nos setores percorridos sequer encontrou uma escola primária construída pela Prefeitura. [...] Os colonos constroem as escolas e eles (o “Estado”) registram-nas dando-lhes nomes.” (Discurso, Jerônimo Santana, 06 mai. 1981, p. 45, grifos nosso).”

É algo que pode parecer folclórico, mas corresponde à realidade: eram os pais das crianças que saíam à procura de professoras e professores para atuarem nas escolas da zona rural. Nesse aspecto, o Estado não assumia qualquer responsabilidade.

Desta forma, vimos que os colonos, em desespero ao verem seus filhos crescerem sem acesso à escola, construíam-nas com palha, tapiri ou madeira e buscavam futuros docentes (leigos) para lecionar. O Estado, por sua vez, limitava-se a aparecer depois apenas para colocar a placa, como se a obra fosse sua (LIMA e BARROS, 2019).

Sob o argumento de contenção de gastos e de melhoria da qualidade do ensino ofertado, aliado às ocorrências de conflitos agrários no estado, a maioria dos municípios de Rondônia investiu na nucleação/polarização — política que resultou no fechamento de escolas do campo situadas em comunidades rurais e na destinação de recursos públicos ao transporte escolar.

As escolas, por sua vez, eram construídas pelos próprios colonos, geralmente com materiais simples, como palha e madeira, no estilo tapiri³. Já a Figura 2⁴ ilustra esse modelo de escola erguida pelos colonos.

Em seu estudo acerca “Dos discursos as realidades: as escolas rurais em fins da década de 1970 e início de 1980 em Ariquemes-RO”, LIMA e BARROS (2019) assim dissertam:

Contudo, os indícios da ausência do Estado para com o meio rural, sobretudo, expressam silêncio e esquecimento a história desse lócus. Nesse sentido, esse esquecimento não se trata de um dado natural, mas sim, resulta numa produção engendrada intencionalmente. Por conseguinte, torna-se necessário uma ruptura entre rural e urbano, campo e cidade, no âmbito de lembranças e não apenas de esquecimento.

³ Barracas cobertas de palhas (predominantemente com folha de palmeira) ou de cavaco (lascas de madeira), onde as carteiras dos alunos, eram improvisados com tocos.

⁴ A fotografia da escola Almirante Tamandaré é apenas uma das centenas de escolas rurais, que identificamos, em sua maioria, apresentavam estruturas físicas similares, isso quando não eram construções totalmente de palha.

De acordo com o autor, o isolamento e o esquecimento do meio rural não acontecem por acaso, mas refletem a própria ausência planejada do Estado ao longo da história. Por isso, ele defende que precisamos superar a barreira que separa o campo da cidade, garantindo que o espaço rural também seja valorizado por suas memórias, e não apenas lembrado pelo abandono.

Figura 1 Escola Almirante Tamandaré [1998-s.d.].



Fonte: Arquivo do almoxarifado da SEMED (ARIQUEMES, [1998-s.d.].

Pode-se observar, na Figura 2, que o estado de conservação da escola Almirante Tamandaré era bastante precário. A estrutura, do tipo tapiri, mostrava-se frágil, contando apenas com uma porta e sem a presença de janelas.

Portanto, grande parte das escolas rurais em Ariquemes apresentava condições bastante precárias de funcionamento. Em várias delas, faltavam itens básicos como banheiros, bebedouros, energia elétrica, mobiliário e materiais didático-pedagógicos. Além disso, a maioria dos docentes, frequentemente sem formação adequada, atuava em turmas multisseriadas.

Igualmente denunciou o Deputado Jerônimo Santana:

As escolas não têm carteiras; servem de carteiras troncos de madeira e um pequeno quadro negro. Os professores estão sempre com seus salários atrasados e só conseguem recebê-los após reunião de doutrinação na Prefeitura ou Secretaria de Educação local. Além do estado precário das escolas, a sua maioria parte é feita pelos próprios colonos. Depois sai a propaganda oficial alardeando que fizeram tantas e tantas escolas, que existem tantos e tantos alunos. Tudo mentira e mais mentiras. (Discurso, Jerônimo Santana, 10 de março de 1981, p. 24).

Aqui calha ressaltar a proposta de Freire (2013, p. 86), quando afirma que,

É que, se os homens são estes seres da busca e se sua vocação ontológica é humanizar-se, podem, cedo ou tarde, perceber a contradição em que a “educação bancária” pretende mantê-los e engajar-se na luta por sua liberação. Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar autêntico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens. Crença no seu poder criador.

Portanto, é imprescindível compreender, ainda, que a educação é um fenômeno intrínseco ao ser humano e que, por isso, quando negligenciada ou desprezada, impõe aos indivíduos atingidos prejuízos de tal magnitude que sua própria condição humana pode entrar em colapso. Afinal, uma sociedade na qual existam indivíduos desprovidos de educação não pode, verdadeiramente, ser assim definida (Santos, 2020).

Os professores, Flávio Estevão e Roberta Soares ao discorrer sobre o processo de evolução humana assim definem:

Quando entendemos o homem como um indivíduo em constante processo de evolução no transcorrer de toda a sua existência, ou seja, enquanto indivíduo e parte de sua própria humanização – devido a sua incompletude ontológica – desta forma, compreende-se a educação como via indispensável na consolidação do desenvolvimento humano, como processo contínuo de desnudamento de suas capacidades e concretização de seus planos de vida, indispensavelmente vivenciados na relação de suas dimensões individual e coletiva (Estevão Neto, F.; Silva, R. S, 2023, p. 9)”.

Rondônia liderou o ranking dos Estados que mais fechou escolas do campo entre os anos de 2000 a 2011, justamente um período onde se desenvolveu no Estado a política de nucleação/polarização das escolas do campo (Santos, 2019).

Conseqüentemente, com o encerramento das escolas rurais situadas nas

linhas vicinais, os estudantes passaram a ser deslocados para escolas-polo, geralmente também localizadas no campo, porém mais distantes de suas residências. Em alguns municípios de Rondônia, há ainda o deslocamento de alunos para áreas urbanas. Nesse contexto, o transporte escolar no estado apresenta recorrentes problemas e interrupções por diferentes motivos, o que compromete a regularidade das aulas para os estudantes do meio rural (Santos, 2019, p.92-93).

Mas, afinal, o que o imperialismo teme em relação à manutenção das escolas do campo no próprio campo?

[...] a escola do camponês é um dos instrumentos de existência desse sujeito, visto que ela, como instituição social, reflete, dentre outros, os valores, os anseios e as perspectivas da sociedade. Em vista disso, ela não é um aparelho neutro, cuja intencionalidade seja inexistente. Muito pelo contrário, é um instrumento político. Ela também pode ser o espaço, dentre outros, de encontros de cultura, de saberes, de confronto, de reafirmação de identidades que partem de singularidades que se fazem presentes no território camponês. (SOUZA et al., 2016, p. 1).

Observa-se conforme destaque, a escola do campo pode ser entendida como um instrumento político, o que desperta grande preocupação por parte do imperialismo e de suas estruturas de dominação. Nesse contexto, intensificam-se as políticas públicas voltadas ao fechamento dessas escolas, com o objetivo de limitar possíveis processos de formação crítica entre os camponeses.

Na maioria dos municípios de Rondônia, diversas escolas rurais que atendiam diretamente as comunidades foram desativadas. Como consequência, os estudantes passaram a ser deslocados para escolas-polo ou até mesmo para unidades localizadas em áreas urbanas. Além disso, as escolas-polo ainda existentes enfrentam o risco de encerramento, em função das políticas educacionais atualmente voltadas à educação do campo. Entre essas iniciativas, destaca-se o Projeto Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMTEC). Em estudo apresentado, Silmar Oliveira dos Santos faz a seguinte explanação:

Mais recentemente, apresentado como uma alternativa de acesso à educação no campo com ênfase o Ensino Médio, sob a justificativa de superar o obstáculo da extensão territorial, a carência de docentes habilitados em localidades longínquas, foi implantado no Estado do Amazonas, em 2007, o Projeto Ensino Médio Presencial com Mediação Tecnológica (EMPMT), para a oferta de educação por mediação tecnológica por meio da transmissão de aulas diárias, ao vivo, através de tecnologia satelital e IP multimídia (protocolo internet), com interação de áudio e vídeo entre os participantes. Esse modelo foi copiado pelo Governo do Estado de Rondônia sob o nome

de Ensino Médio com Mediação Tecnológica (EMMTEC).

Assim a Secretaria de Estado da Educação, de Rondônia define tal projeto:

O sistema estadual de ensino de Rondônia, ciente da necessidade de atender estudantes residentes em comunidades tradicionais e rurais, implantou em 2016 o projeto educacional **Ensino Médio com Mediação Tecnológica (MEDTEC)**, instituído pela Lei n.º 3.846. Desde sua implementação, o projeto tem como objetivo viabilizar o acesso ao Ensino Médio para estudantes que residem em locais de difícil acesso, como as terras indígenas, as comunidades ribeirinhas, as populações remanescentes quilombolas, além de diversas áreas de produção agrícola e pecuária. O projeto também visa atender unidades escolares que necessitam de professores habilitados nos componentes curriculares dessa etapa de ensino (SEDUC (s.d.), grifo do autor).

De modo geral, o Projeto EMMTEC propõe a transmissão de aulas ao vivo por satélite, diretamente de um estúdio de televisão, em horários previamente estabelecidos. Esse formato possibilita que os alunos acompanhem as aulas e participem em tempo real por meio de chat. No entanto, para que essa dinâmica funcione de maneira eficaz, é indispensável contar com infraestrutura adequada, como acesso à internet banda larga e fornecimento de energia elétrica estável. A pesquisadora Marcilei Serafim Germano,

[...] ressalta que algumas localidades do Estado sequer tem acesso à energia elétrica. Contexto que tem propiciado falhas na transmissão das aulas, que em muitos casos são gravadas em pen drive e disponibilizadas posteriormente para os alunos. Souza; Rocha; Soares (2018, p. 125) salientam que “em algumas escolas, como nas comunidades ribeirinhas do Rio Madeira, diante da falta de estrutura, as aulas estão sendo repassadas via pendrive. A situação é ironizada pelas comunidades como “pedagogia do pen drive”.

A oferta de uma formação precária para a classe trabalhadora faz parte dos interesses da hegemonia capitalista. Como aponta Mészáros (2005, p.36), a educação ofertada a classe trabalhadora tem a função de fornecer “o pessoal necessário à maquinaria produtiva e a expansão do sistema capitalista”, e também de “gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”.

Um dos principais problemas do EMMTEC é a baixa qualidade do ensino oferecido aos jovens do campo, marcada por conteúdos uniformizados e padronizados, que dificultam o acesso efetivo ao conhecimento científico e desconsideram a identidade cultural das populações rurais.

No entanto, ainda com vários problemas a serem resolvidos por parte dos

gestores educacionais, o Projeto de Mediação Tecnológica tem tido alguns resultados positivos e dignos de nota, conforme informativo do sítio eletrônico da SEDUC/RO: “O projeto de Mediação Tecnológica, da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), tem mostrado resultados significativos na educação de Rondônia, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ricardo Cantanhede (Extensão Mafalda Rodrigues) de Ariquemes (SEDUC, 2025)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se que a expansão da sojicultura em Rondônia, especialmente no Vale do Jamari, está diretamente associada a profundas transformações territoriais, econômicas e sociais. Embora o agronegócio seja frequentemente apresentado como vetor de desenvolvimento e geração de renda, seus efeitos revelam-se contraditórios quando analisados sob a perspectiva das populações do campo. A concentração fundiária, a substituição da produção diversificada pela monocultura e o uso intensivo de agrotóxicos têm contribuído para a expulsão de pequenos produtores, fragilizando modos de vida tradicionais e intensificando o êxodo rural.

Nesse contexto, a Educação do Campo surge como uma das dimensões mais impactadas por esse processo. O fechamento de escolas rurais, a precarização das condições de ensino e a adoção de modelos educacionais descontextualizados da realidade camponesa evidenciam o enfraquecimento de políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação no meio rural. Casos como o da Escola Paulina Mafini ilustram, de forma concreta, como as transformações no uso da terra repercutem diretamente na continuidade das instituições escolares e na permanência das famílias no campo.

Além disso, observa-se que a história da educação em Rondônia está intrinsecamente ligada à questão agrária e aos processos de ocupação do território, marcados por desigualdades, conflitos e pela atuação predominante de interesses econômicos. Nesse sentido, a redução da oferta educacional no campo não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte de uma dinâmica mais ampla de reorganização do espaço rural sob a lógica do capital.

Portanto, torna-se imprescindível repensar as políticas públicas voltadas tanto para o desenvolvimento agrário quanto para a educação, de modo a garantir não

apenas o crescimento econômico, mas também a justiça social e a permanência digna das populações no campo. A valorização da Educação do Campo, articulada às especificidades culturais, sociais e produtivas das comunidades rurais, constitui elemento fundamental para a construção de um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e sustentável em Rondônia e no Brasil.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Januário. Mata Virgem: Terra Prostituta. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

CAFÉ COM SOCIOLOGIA. Com. SAMPAIO SILVA, R. Visão de um professor sobre o PNE sancionado em 2014. [s.d.]. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/pne-sancionado-em-2014-temos-que/>>. 10.03.2026

CARNEIRO, Neri de Paula. Educação em Rolim de Moura: das iniciativas privadas às ações públicas (1975-1983). 2008, 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/796>>. Acessado em: 14.03.2026

COSTA SILVA, R. G. Da, et al. 2020. Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira). [J.], 77, pp. 253-271. ISSN 0718-3402. Disponível em: <<https://www.scielo.cl/pdf/rgeong/n77/0718-3402-rgeong-77-253.pdf>>. Acesso em: 10.03.2026

_____ et al. 2020. Fronteira, direitos humanos e territórios tradicionais em Rondônia (Amazônia Brasileira). [J.], 77, pp. 337-338. ISSN 0718-3402. Disponível em: <<https://www.scielo.cl/pdf/rgeong/n77/0718-3402-rgeong-77-253.pdf>>. Acesso em: 10.03.2026

DISCURSO proferido pelo Deputado Jerônimo Santana na Câmara dos Deputados em 10 de março de 1981. In: BRASIL. Em defesa do povo de Ariquemes. Brasília: Coordenação de Publicação, 1982. p. 24.

DISCURSO proferido pelo Deputado Jerônimo Santana na Câmara dos Deputados na sessão de 06 de maio de 1981. In: BRASIL. Em defesa do povo de Ariquemes. Brasília: Coordenação de Publicação, 1982. p. 45.

EMBRAPA RONDÔNIA. Informativo Agropecuário de Rondônia: nº 5, Junho 2021, Porto Velho/RO. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1132171/informativo-agropecuario-de-rondonia-n-5-junho2021>>. Acesso 10.03.2026

_____. A soja se expande em Rondônia e produtores têm acesso a tecnologias para melhorar a produção, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21235286/a-soja-se-expande-em-rondonia-e-produtores-tem-acesso-a-tecnologias-para-melhorar-a-producao>>.

Acesso 12.03.2026.

EMBRAPA. A soja se expande em Rondônia e produtores têm acesso a tecnologias para melhorar a produção, 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/21235286/a-soja-se-expande-em-rondonia-e-produtores-tem-acesso-a-tecnologias-para-melhorar-a-producao>>. Acesso 12.03.2026.

ESTADO DE RONDÔNIA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento sustentável Vale do Jamari. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio098.pdf>. Acesso 12.03.2026.

ESTEVÃO NETO, F.; SILVA, R. S. Educação a via para a construção de uma cultura de paz e direitos humanos. In: Flávio Estevão Neto; Fábila Maria Pereira de Sá; Ivanilde José Rozique; Elenice Cristina da Rocha. (Org.). Educação como direitos humanos. 1ªed.São Paulo: Editora MÓdena, 2023, v. 01, p. 9-34.

ETGES, V. E. E VERGÜTZ, C. L. B. A EDUCAÇÃO DO CAMPO E O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=A+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO+E+O+FECHAMENTO+DAS+ESCOLAS+DO+CAMPO&og=A+EDUCA%C3%87%C3%83O+DO+CAMPO+E+O+FECHAMENTO+DAS+ESCOLAS+DO+CAMPO+&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOdIBCTI1NzIqMGoxNagCCLACAQ&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 18.03.2026.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2013.

GERMANO, Marcilei Serafim. Educação com mediação tecnológica - EMMTEC: reestruturação à mercantilização do Ensino Médio em Rondônia. 2017. 218 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Porto Velho, Rondônia, 2017.

IDARON. Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia. SIAFRO: Sistema de Fiscalização do Comércio de Agrotóxicos do Estado de Rondônia. SIAFRO 2.0a. 2022. Disponível em: <<http://siafro.idaron.ro.gov.br>>. Acesso em: 11.03.2026.

MACHADO, Marilândia Martins de Almeida; FEZA, Elenice Cristina da Rocha, BARBA, Clarides Heinrich de. Um olhar reflexivo sobre as escolas rurais de Rondônia *apud* Movimentos Sociais e Políticas Educacionais na Era da Barbárie. GPOD-UNESP Marília, 2020.

MESQUITA, Helena Angélica de. A luta pela terra no país do latifúndio: o massacre de Corumbiara/Rondônia. Goiânia: FUNAPE/DEPECAC/UFG, 2011

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. Área plantada com soja em Rondônia deve ultrapassar os 700 mil hectares na safra 2025/2026. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/soja/412322-area-plantada-com-soja>>

[em-rondonia-deve-ultrapassar-os-700-mil-hectares-na-safra-2025-2026.html](#)>.

Acesso em: 10.03.2026.

LIMA, ROGER DOS SANTOS; BARROS, J. A. Dos discursos as realidades: as escolas rurais em fins da década de 1970 e início de 1980 em Ariquemes-RO. REVISTA DE ESTUDOS DE LITERATURA, CULTURA E ALTERIDADE - IGARAPÉ, v. 12, p. 52-65, 2019.

_____. Dos discursos as realidades: as escolas rurais em fins da década de 1970 e início de 1980 em Ariquemes-RO. REVISTA DE ESTUDOS DE LITERATURA, CULTURA E ALTERIDADE - IGARAPÉ, v. 12, p. 52-65, 2019.

_____. Dos discursos as realidades: as escolas rurais em fins da década de 1970 e início de 1980 em Ariquemes-RO. REVISTA DE ESTUDOS DE LITERATURA, CULTURA E ALTERIDADE - IGARAPÉ, v. 12, p. 52-65, 2019.

SANTOS FILHO, R. J. O fechamento das escolas do campo em Rondônia como consequência da ofensiva do agronegócio no estado. In: NOVAES, H. T. (org.). Movimentos sociais e políticas educacionais na Era da barbárie. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 317-358. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-99-6.p317-358>. Acesso 12.03.2026.

_____. O fechamento das escolas do campo em Rondônia como consequência da ofensiva do agronegócio no estado. In: NOVAES, H. T. (org.). Movimentos sociais e políticas educacionais na Era da barbárie. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 317-358. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-99-6.p317-358>. Acesso 12.03.2026.

_____. O fechamento das escolas do campo em Rondônia como consequência da ofensiva do agronegócio no estado. In: NOVAES, H. T. (org.). Movimentos sociais e políticas educacionais na Era da barbárie. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 317-358. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-99-6.p317-358>. Acesso 12.03.2026.

SANTOS, Silvana de Fátima dos; SILVA, Andressa Lima da e BARROS, Josemir Almeida. O desfalecimento silencioso das escolas multisseriadas em Rondônia: retrospectos e realidade que agonizam. 2018. Disponível em: <<https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/20211025113258.pdf>>. Acesso em 14.06.2026.

SANTOS, Silmar Oliveira dos. Questão agrária e o fechamento de escolas do campo em Rolim de Moura. 2019. Dissertação de Mestrado – UNIR. Disponível em: http://www.ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/Dissertao_v_erso_final_corrigida_com_Ficha_Catalogrfica_1744721523.pdf>. Acesso em 12.03.2026.

_____. Questão agrária e o fechamento de escolas do campo em Rolim de Moura. 2019. Dissertação de Mestrado – UNIR. Disponível em: http://www.ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/Dissertao_v_erso_final_corrigida_com_Ficha_Catalogrfica_1744721523.pdf>. Acesso em

12.03.2026.

_____. Questão agrária e o fechamento de escolas do campo em Rolim de Moura. 2019. Dissertação de Mestrado – UNIR. Disponível em: http://www.ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/Dissertao_verso_final_corrigida_com_Ficha_Catalogrfica_1744721523.pdf>. Acesso em 12.03.2026.

_____. Questão agrária e o fechamento de escolas do campo em Rolim de Moura. 2019. Dissertação de Mestrado – UNIR. Disponível em: http://www.ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/Dissertao_verso_final_corrigida_com_Ficha_Catalogrfica_1744721523.pdf>. Acesso em 12.03.2026.

_____. Questão agrária e o fechamento de escolas do campo em Rolim de Moura. 2019. Dissertação de Mestrado – UNIR, p. 95. Disponível em: http://www.ppge.unir.br/uploads/62248421/arquivos/Dissertao_verso_final_corrigida_com_Ficha_Catalogrfica_1744721523.pdf>. Acesso em 12.04.2026.

SANTOS, Cassia Betânia Rodrigues dos. O processo de fechamento das escolas no campo na Mesorregião do Leste Goiano. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24265>>. Acesso 14.03.2026.

SEDUC. Ensino Médio com Mediação Tecnológica. [s.d.] Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/seduc/programas-e-projetos/projetos/conheca-o-projeto/>>. Acesso em: 06.04.2026.

_____. Ensino Médio com Mediação Tecnológica, 2025. Disponível em: Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/projeto-de-mediacao-tecnologica-impulsiona-aprovacao-de-alunos-no-ensino-superior/>>. Acesso em 10.04.2026.

ESTADO DE RONDÔNIA – Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano territorial de desenvolvimento sustentável Vale do Jamari. 2006. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio098.pdf>. Acesso em 07.04.2020.

SILVA, R. A soja se expande em Rondônia e produtores tem acesso a tecnologias para melhorar a produção. 3 mar. 2017. Disponível em: <[A soja se expande em Rondônia e produtores têm acesso a tecnologias para melhorar a produção - Portal Embrapa](#)>. Acesso em: 12.03.2026.

SOUSA, Miriam Santos de. A municipalização do ensino em questão: reconstrução histórica de políticas educacionais no Brasil. In: IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". 1997, Campinas. Anais... Campinas: Disponível em: <<https://share.google/W3LortXBRS3riZZ85>>. Acesso em: 13.03.2026.

SOUZA, Andréia Schneider Vieira. Análise curricular da educação do campo: um estudo em uma escola polo em Ariquemes Rondônia. Disponível em:

<<https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/334>>. Acesso em: 13.03.2026.

SOUZA, F. E., BIBIANO, G. L. ABE, T. A. J.; ROCHA, D. L.; SANTOS, C. B. R. PANORAMA DO FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO DO ESTADO DE GOIÁS DE 2007 A 2015. Boletim DATALUTA, 2016. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2016.pdf>. Acesso: 06.04.2026.

_____. PANORAMA DO FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO DO ESTADO DE GOIÁS DE 2007 A 2015. Boletim DATALUTA, 2016. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2016.pdf>. Acesso: 08.04.2026.

TAFFAREL, C. Z.; MUNARIM, A. Pátria educadora e fechamento de escolas do campo: o crime continua. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 41-51, maio/ago. 2015. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/3053/1741>>. Acesso em 14.03.2026.